CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO POLÍTICA EDUCACIONAL: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO INICIAL E A IDENTIDADE PROFISSIONAL NAS IES PÚBLICAS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Marcus Henrique Ferreira (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Fernando Lazaretti Onorato Silva (co-orientador) Vânia de Fatima Matias (Orientador). E-mail: vfmsouza@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Área: 40000001 - Ciências da Saúde
Subárea: 40900002 - Educação Física
Palavras-chave: Educação Física; Formação inicial; Políticas Curriculares.

RESUMO

Este estudo buscou investigar o processo de implementação da curricularização da extensão universitária nos cursos de Educação Física das IES públicas nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, com foco na materialização e efetivação da extensão enquanto política extensionista nos cursos**.** Utilizando-se da pesquisa qualitativa, mediante análise documental de projetos pedagógicos das universidades; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Os resultados apontam o cumprimento de 10% da carga horária em extensão, conforme obrigatoriedade da lei. Identificaram-se desafios relativos à integração curricular e à predominância de disciplinas específicas. Destaca-se a vinculação de parte da carga extensionista a estágios de docência. Conclui-se que, embora a Resolução CNE/CES nº 7/2018 tenha impulsionado a extensão como política curricular, sua efetivação plena demanda planejamento institucional.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária da maneira a qual conhecemos hoje como pilar indissociável do ensino e pesquisa estrutura-se formalmente pela Constituição de 1988 sendo caracterizada como função da universidade (Gadotti, 2017).
Nesse percurso histórico, as práticas extensionistas passaram por diversas mudanças originalmente sendo realizadas pontualmente e sobre um caráter assistencialista pautado na transmissão vertical de conhecimentos, avançando posteriormente para uma comunicação de saberes entre comunidade externa e universidade, pautada no diálogo horizontalizado constituído pela troca de saberes e pelo retorno às necessidades reais da comunidade externa (Freire, 2014; Gadotti, 2017).
Embora tenham ocorrido avanços conceituais, sendo a extensão um dos pilares indissociáveis da universidade, esse componente da formação é marcado por

contradições, ora como prestação de serviços à comunidade, ora como fonte exclusiva de pesquisa, distanciando-se da ação formativa de práxis na formação.
Reconhecendo diferentes determinações que afetam a extensão universitária e seus papéis para a comunidade externa e interna na troca de conhecimentos e formação prática dos estudantes, implementa-se a Resolução CNE/CES nº 7 (Brasil, 2018b) que passa a regulamentar a extensão universitária. Destaca-se o art. °4, em que se determina que 10% da carga horária de todos os cursos de graduação devem ser realizada em atividades extensionistas.
Considerando esses fatores, o objetivo do presente trabalho é investigar o processo de implementação da curricularização da extensão universitária nos cursos de Educação Física das IES públicas do estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com foco na materialização e efetivação da extensão enquanto política extensionista nos cursos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, adotando a análise documental como instrumento de coleta, seguindo os pressupostos de Minayo (2004).
Segundo Gil (2002), a relevância da análise documental, destaca-se por ser uma metodologia que se destaca em sua versatilidade em analisar uma ampla gama de documentos, possibilitando ao pesquisador acessar diversas informações.
Para compreensão do processo de implementação da extensão nos cursos de graduação em licenciatura em educação física dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi realizada a obtenção e análise dos Projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), sendo incluídos os que estavam disponíveis na íntegra no site do curso ou encaminhados e-mail pelos coordenadores de curso.
Para a seleção dos currículos foram utilizados os seguintes critérios: a) o curso ser originalmente de uma IES dos estados de Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. b) Disponibilidade do PPC na íntegra; e, c) PPC referente a habilitação licenciatura em educação física.
Assim, as IES selecionadas para análise foram: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da análise dos currículos dos cursos, identifica-se que a carga horária de extensão implementada se encontra atendendo às demandas normativas destinando 10% de carga horária do curso como alocada à extensão, incorporada como componente curricular.
Visando caracterizar as formas e conteúdos utilizados pelas diferentes instituições para creditação da carga horária, apresentamos as diferentes alternativas implementadas pelas diferentes instituições:

A UFRGS implantou sua carga horária de extensão da seguinte forma: 60% vinculada ao estágio, 21% destinada a disciplinas com carga horária parcialmente extensionista e os 19% restantes integralizados mediante a apresentação de certificados pelos estudantes. Em oposição, a UFPel implementou 95% de sua carga horária por meio da apresentação de certificados e os 5% restantes em uma disciplina parcialmente extensionista. A FURG, por sua vez, vinculou 100% de sua carga horária à apresentação de certificados, regulamentando apenas os tipos de atividades aceitas. A UNIPAMPA destinou 78% de sua carga horária a disciplinas extensionistas e os 22% restantes à apresentação de certificados. Por fim, a UFSM implementou 77% de sua carga horária em disciplinas parcialmente extensionistas e os 23% restantes mediante a apresentação de certificados.

Verifica-se que no processo de implementação da extensão pelas diferentes instituições que a principal alternativa utilizada foi a adoção disciplinas de extensão ou com parte da carga horária extensionista, destacando-se como a alternativa mais acessível, ainda que possa enfrentar problemas devido à alta rotatividade de alunos e pela realização de atividades pontuais com a comunidade externa.

A categoria mediante certificado representa uma grande parte da carga horária das instituições a qual inclui diferentes possibilidades de participação aos alunos, incluindo participação ou organização de eventos, cursos ou projetos, mas os quais não impõem uma proporção ou obrigatoriedade na realização das atividades estando regulamentada ou pelos departamentos ou pelas respectivas resoluções gerais de cada instituição, assim apresentam-se como característica a livre escolha das atividades pelos discentes, permitindo aprofundamento ou reconhecimento de diferentes campos de atuação com a comunidade externa.

Finalizando temos a extensão implementada em atividades de estágio docência a qual entendemos como possível retrocesso pois esse componente curricular possui uma regulamentação própria com a carga horária definida pelo “§ 1º O estágio deverá corresponder a 20% das horas referenciais [...]” (Brasil, 2018a, p. 48). Assim torna-se necessário compreender uma extensão indissociável do ensino e pesquisa bem como suas distinções.

CONCLUSÕES

A implementação da extensão como política curricular representa o reconhecimento de seu potencial formativo e de mudança social. Em seu percurso histórico, a extensão foi desenvolvida sobre diferentes conceitos, ainda hoje enfrenta diferentes desafios tornando a avaliação contínua fundamental avaliação que só pode ser estabelecida mediante o diálogo entre discente, docente e comunidade externa.

Para uma efetiva implementação é necessário compreender que a extensão está ligada diretamente à função social da universidade indissociável do ensino e da pesquisa, mas para que a integração desses pilares se concretize, é fundamental compreender as características específicas e suas inter-relações.

Considerando a recente implementação da extensão verifica-se um avanço significativo das instituições analisadas considerando o desafio de oferecer essa

carga horária a todos os discentes. Questionamos a implementação da extensão vinculada ao estágio.
Diante do exposto, a extensão como política curricular tem um amplo caminho a percorrer em direção a uma prática plena, consideramos que assim à resolução representa um passo importante nesse caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a UEM e ao Programa Institucional De Bolsas De Iniciação Científica Nas Ações Afirmativas Pibic/Af/Is/Cnpq Fundação Araucária-Uem pelo incentivo financeiro e a pesquisa e a minha orientadora suporte integral durante a pesquisa

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, seção 1, p. 48-49, 19 dez. 2018a.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 49-50, 2018b.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

GIL, Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo**, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa** em saúde. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.